



Revista Espaço Livre, Vol. 2, num. 03, jan-jun./2006.



Sumário

A Política de Desarmamento do Governo Lula e a Violência	03
<i>Edmilson Marques</i>	
Marxismo e Anarquismo Segundo Ernestan	10
<i>Nildo Viana</i>	
A Indissociabilidade entre o “Político” e o “Econômico”: as abordagens de Ellen Wood e João Bernardo	15
<i>Flávio Pereira Diniz</i>	
Menores Infratores e Estado	20
<i>Silena Jaime</i>	
Política de Cotas, Política Neoliberal	31
<i>Nildo Viana</i>	
A Vida Depois da Morte: a viabilidade do pós-capitalismo	37
<i>Jorge Beinstein</i>	
Os Amigos do Povo	46
<i>Erisvaldo Souza</i>	

Expediente:

Revista Espaço Livre. Vol. 2, num. 03, jan.jun./2006.

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de idéias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da idéia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolive@sementeira.net

Conselho Editorial:	Conselho Consultivo:	
Edmilson Marques	André Melo	Juversino de Jesus Júnior
Lucas Maia	Cleinaldo Pereira dos Santos	Leonardo Venicius Proto Parreira
Nildo Viana	Cleito Pereira	Lisandro Braga
	Edmilson Borges	Lucas Maia Santos
	Edmilson Marques	Maria Angélica Peixoto
	Erisvaldo Souza	Nildo Viana
	Fernando Lima Neves	Ovil Bueno Fernandes
	Flávio Pereira Diniz	Veralúcia Pinheiro
	Jean Isídio	Uelinton Rodrigues
	João Alberto da Costa Pinto	Weder David de Freitas

A Política de Desarmamento do Governo Lula e a Violência

Edmilson Marques

Nos últimos anos a sociedade brasileira pôde assistir a mais uma tentativa política do governo Lula. Acreditando em uma possível amenização da violência existente no Brasil, o governo surpreende-nos com a campanha de desarmamento. Sendo, então, um fato real acontecido no Brasil, propomos fazer uma análise da política de desarmamento criada pelo governo Lula, bem como do seu governo, já que ele é percebido como o governo dos “pobres”, por ser ele um ex-operário; visão esta que faz emergir uma crença social de ser aquele que veio para solucionar os problemas enfrentados pela sociedade. Em seguida faremos um paralelo do seu governo com a arraigada idéia de “transformação” por via da representatividade, e por fim, falar sobre a efetividade de sua política de desarmamento fazendo uma breve discussão sobre a violência já que este é o foco principal desta sua política.

Nos últimos tempos a mídia, principalmente, foi um dos veículos utilizados pelo governo Lula para expandir pelo território brasileiro seu plano político de desarmamento da população, o que pressupunha que houvesse um recolhimento considerado de armas de fogo e, por conseguinte, a amenização da violência. A utilização dos meios de comunicação de massa foi uma forma eficaz para o convencimento da sociedade para a necessidade desta política. Baseando-se, então, na ótica do governo, podemos tirar algumas hipóteses como a de que ele pressupõe que a violência seja causada pela existência de armas de fogo; outra que no momento que um indivíduo seja portador de uma arma de fogo ele possa usar da má fé e agredir fatalmente uma outra pessoa a qualquer momento; e ainda que ao fazer o recolhimento de armas de fogo a violência tenda a diminuir; por fim, além de tantas outras suposições, que a política de desarmamento pode diminuir, senão acabar, com “o problema” da posse de arma por crianças as quais podem se ferir e/ou ferir outras pessoas.

São variadas hipóteses que podem ser ideologicamente levantadas o que precisaria de mais algumas páginas para descrevê-las, porém, são questionamentos que não resolvem efetivamente a mazela concreta que põe em perigo a vida das pessoas – falaremos sobre isso posteriormente. Armas de fogo são realmente instrumentos

perigosos, disto não há dúvidas, pois a única função de sua existência é a de extermínio; seja para eliminar uma pessoa, num momento de auto-defesa, vingança etc, ou mesmo um animal. Enfim, elas existem para por fim na vida de alguém. Assim sendo, esta é uma das criações mais funestas realizadas pelo homem, basta ver a hecatombe causada pela Primeira e Segunda Guerra Mundial e, além disso, as diversas mortes existentes na sociedade conseqüências do uso de armas.

Porém, levantando questionamentos iguais aos que precedemos, desvia-se a atenção da sociedade para fatores que não correspondem de fato ao problema realmente existente. Além disso, é uma política muito contraditória, pois, faz o recolhimento de armas enquanto persistem numerosos comércios de materiais bélicos. Por outro lado, desarmando a sociedade seria necessário também desarmar a própria polícia, o exército, o estado, ou melhor, se desarmar, pois, estando o estado armado conseqüentemente induz-se a sociedade a continuar armada.

Tendo então a política de desarmamento criada pelo governo Lula como referência, podemos, então, levantar alguns fatores da realidade que não são tão claros para a sociedade, e conseqüentemente, contribuir com o florescimento de uma realidade que seja conhecida por todos, onde o modo de vida contribua para o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas potencialidades; sem divisões parcelares; uma vida onde o homem seja o possuidor de sua produção sem se preocupar com as mazelas destruidoras do individualismo emergido das entranhas do desenvolvimento capitalista. A crítica, portanto, que objetivamos fazer não é à política propriamente do governo Lula, como descrevemos na introdução deste trabalho. A crítica que almejamos é a todo tipo de governo existente na sociedade atual, bem como a toda estrutura que há por trás de sua existência. Todos eles possuem algo em comum e por serem comuns podem ser criticados de forma igual, o que pressupõe que sendo iguais possibilita-se serem extirpados também de forma igual. É devido a essa característica comum entre os governos existentes na realidade contemporânea que utilizamos aqui o governo Lula como exemplo para que a essência dos demais governos seja percebida com mais clareza.

Antes que alguma adjetivação de espécie partidária seja dirigida à nossa análise, dizemos que a crítica aqui realizada é direcionada também a todos os partidos políticos, deixando claro a nossa abstinência à alienada política partidária. Porém, não fazemos jus à neutralidade nem mesmo à imparcialidade, o que nos leva a definir a

nossa posição, sendo a posição ou situação em que a maioria dos indivíduos da sociedade se encontra, ou seja, utilizamos aqui do ponto de vista do proletariado para realizar tal crítica.

Continuando então, Lula acreditava, pelo menos é o que deixou transparecer nas propagandas realizadas pela mídia, que uma política de desarmamento poderia diminuir a violência do Brasil. Porém, o seu albor laborial não foi suficiente para lhe alertar ou mesmo fazê-lo perceber que isso seria uma ação ineficaz para acabar com a violência já que esta não está na existência de armas, mas sim na existência de outra coisa chamada capitalismo, do qual, ele próprio é vítima e pelo qual luta em defesa, tendo o estado como seu aliado na reprodução das mazelas desta coisa que nos assola no dia-a-dia; fazendo que a maioria dos brasileiros continuem escravos da própria vida. A metamorfose sofrida por Lula ao assumir o poder foi impressionante mas não surpreendente. Antes das eleições presidenciais, em que Lula foi eleito, era comum ouvir depoimentos otimistas de que era chegada a vez de viver tempo melhores, caso ele fosse eleito. Mera ilusão. No decorrer de seu mandato as máscaras foram esmaecendo e a essência da realidade capitalista manifestando-se visivelmente, norteadando a sua política. Aí está a causa. Como diria a provocação feita por John Holloway (2004), “o problema não é Lula”; “O fracasso de Lula não é simplesmente um fenômeno brasileiro. É a repetição, no Brasil, de uma experiência mundial”. O problema é a estrutura pré-determinada pelo sistema capitalista, e a qual todo e qualquer governo precisa se adequar e trabalhar em sua função.

Já era de se esperar que o presidente atual nada faria para a classe oprimida. Além disso, é mais que natural que ao assumir o poder estatal se tornaria mais um político, mais um governo, mais um representante do estado capitalista, mais um componente da minoria, enfim, seria mais um capítulo da democracia representativa. Isso aconteceria pelo simples motivo que o governo já pressupõe uma estrutura pré-estabelecida, e qualquer um que venha a fazer parte da máquina estatal é levado a se adequar à sua estrutura. Porém, sendo ele a figura do estado brasileiro atual, e com uma grande legitimidade por ser um descendente da classe operária, aumentando ainda mais a crença popular em sua política, é aquele que leva à população os projetos políticos elaborados nos bastidores do parlamento, o qual tem como natureza a amenização dos distúrbios cancerígenos do capitalismo existente no Brasil, em benefício de uma minoria privilegiada. O parlamento, por sua vez;

Apresenta-se de forma mistificadora como órgão básico do poder na sociedade, parecendo dirigir o Estado através dos representantes eleitos, quando de fato todas as decisões importantes são tomadas nos bastidores, pelos “departamentos, chancelarias e Estados-Maiores. Ao parlamento é dado tratar do objetivos específico de enganar as pessoas comuns” (CARNOY, 1988, p. 82).

Assim, o que vem das práticas políticas governamentais “e chega a nosso conhecimento comporta uma preparação de bastidores” (VANEIGEM, 2004, p. 18). Mais um capítulo das contradições do capitalismo pode ser assistido pela sociedade brasileira. O governo é apenas um dos seus aliados. Sendo aliado do capitalismo nada mais natural do que nos deparamos nesta realidade com a ineficiência de suas políticas, deixando transparecer, cada vez mais, que sua existência é desnecessária.

A cada presidente que entra para a quadrilha estatal eleva-se ainda mais a visão e concordância que a vida será bem melhor sem as ilusões criadas pela democracia representativa, a qual reproduz a consciência de espera de um governo que venha atender efetivamente aos anseios da maioria da sociedade. Porém, a ideologia da representatividade é muito forte e ainda domina a consciência social. Isso pode ser facilmente comprovado no período eleitoral, quando a ideologia mostra sua força levando a maioria dos brasileiros às urnas, dotados de um sentimento de esperança acreditando numa possível mudança a partir do próximo candidato, o que o faz deixar ali na urna o seu voto, ou melhor, a continuação de sua efetiva e desumana existência, pois, o voto nada mais é do que uma forma de dominação, uma forma de manipulação, enfim uma forma de reprodução do modo de produção capitalista. A ideologia da representatividade impede a formação de consciências verdadeira sobre a natureza da realidade capitalista. A política representativa nada mais faz do que beneficiar apenas uma minoria. A grande maioria da sociedade pode conseguir o domínio sobre os meios necessários para se auto-governar, mas para isso é preciso destruir essa mesma realidade que exige a existência de um governo representativo. Como diz Norberto Bobbio:

Se cada governo está sempre voltado para o interesse da classe dominante, é (baseado no tradicional critério de distinção) mau, ou pelo menos, cai por terra toda a possibilidade de distinguir um bom governo de um que não o é. De resto, por estas razões, para Marx e Engels o problema do bom governo não se resolvia com a substituição por uma forma “boa” uma forma “má”, mas sim com a eliminação de toda forma de governo político (isto é, com a extinção do Estado e com o fim da política) (BOBBIO, 2004, p. 148).

Assim, por mais que o governo atual venha acreditar numa política que corresponda de fato à busca de uma cura dos problemas que assola a sociedade, ainda continuará existindo um contra-senso, uma força negativa que amortece a luta proletária adiando a efetivação de uma sociedade verdadeiramente real, percebida e dominada pela maioria e não pela minoria; protelando o término da realidade onde “o que aparece não passa, com frequência, de uma imagem vazia da vida”.

Qual é a causa então, de falarmos que a política de desarmamento criada pelo governo Lula não trará conseqüências concretamente positivas para a sociedade, sendo esta positiva apenas nas estatísticas a qual pode ser facilmente manipulada? A causa é que a violência não brota do íntimo do indivíduo. Não é um fenômeno social que emerge do indivíduo e finaliza na sua exteriorização objetiva, no ato da agressão. A violência é conseqüência de uma situação em que a maioria da sociedade é tratada com violência, é constantemente agredida. Vivendo constantemente sendo violentada, mais que natural do que existir indivíduos violentos. Essa é a realidade dos indivíduos que vivem sob as rédeas do sistema capitalista, o qual tem como aliado o estado capitalista.

Nildo Viana (2004, p. 31) já havia discutido sobre esta característica violenta do capitalismo. Segundo ele “a ação estatal e a ação da classe capitalista são expressões de uma relação social de imposição, isto é, pela violência”. Essa é a nossa realidade. É ao modo de produção capitalista que devemos dirigir nossas críticas e não somente para as políticas adotadas pelos governos que buscam camuflar a sua existência. Como diz Raoul Vaneigem (2004, p. 70), “não é o homem desumano que deve ser abatido, mas o sistema que o molda”. A política de desarmamento é mais uma forma de amenizar as contradições do capitalismo. Enquanto existir o modo de produção capitalista, continuaremos vivendo sob o medo e a insegurança causada pela existência da violência na sociedade em que vivemos. Quanto mais o capital se reproduz, mais violência causa; causando mais violência, mais violentos serão os indivíduos.

Nesse sentido que podemos observar que os defensores do capital, a classe dominante;

...tem finalidades individuais e as realiza através de sua organização, friamente, de modo objetivo, sem se preocupar com o fato de seu caminho estar coberto por corpos extenuados pela fome ou por cadáveres produzidos nos campos de batalha (GRAMSCI, 2004, p. 163).

As prisões estão atestadas de pessoas que não agüentaram o fardo da realidade

e acabaram exteriorizando o sentimento provocado pela dinâmica do capitalismo, contrariando todas as características naturais de um ser humano em condições normais e naturais de vida. A população é desarmada enquanto por outro lado continua sendo reforçado o poder de fogo do exército, da polícia, enfim do estado; os países mais desenvolvidos economicamente continuam voltando toda sua economia para a edificação de bombas nucleares; a humanidade cada dia que passa sofre do perigo de sua extinção. Essa é a face do capital. Ele quer assistir ao suspiro final da vida humana; ele quer dominar até o último momento e levar o homem ao limite de sua paciência deixando todos dominados com seu poder alienador. Antes que ele consiga isso, é indispensável que adiantemos a luta final e o dominemos.

É por isso que dizemos que este texto não tem a finalidade única de fazer uma simples crítica ao governo atual do Brasil. Isso seria reduzir demais, ao nível das idéias, o valor que tem a vida da maioria das pessoas existentes em todo o mundo. Existimos inseridos num todo social. O todo que dizemos é o mundo da totalidade, onde as fronteiras existentes, entre uma “nação” e outra, nada mais são do que linhas imaginárias que separam interesses de uma minoria que luta dia-a-dia pelo domínio de outras nações. O todo enfim, se trata do sistema capitalista, do qual o governo é parte; da forma de se produzir dentro de sua dinâmica. Produção esta onde “o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas” (LUKÁCS, 2003, p. 199).

O capitalismo abarca o todo. Todos os países existentes na face da terra estão contaminados por esta coisa. Porém, esta doença está mais consistente e legitimada na consciência de uma minoria que busca fazer que a maioria também se contamine. E é por ser uma minoria a doença do mundo, que acreditamos que prevaleçam os anseios da maioria, a qual é a única que tem a força de dominar esta minoria e eliminar de seu espírito o mal que lhe apoderou e a fez agir em função de sua reprodução e legitimação, o que possibilitou a sua existência por esse tempo histórico que conhecemos desde a sua efetivação na França do século XVIII.

Só a grande maioria da sociedade pode ser capaz de curar as feridas existentes no mundo; só a maioria tem o poder de fazer valer a palavra elevando a todo mundo a junção comunitária, concretizando a tão almejada e esperada vida efetiva. Só a maioria tem a possibilidade de por abaixo o mundo criado pelo fel sangrento do capital.

Infelizmente, essa é uma tarefa que será permeada pela violência, mas uma violência definitiva e final; a violência que trará o fim da própria violência.



Referências Bibliográficas

- HOLLOWAY, John. *Lula não é o Problema*. Conferência durante o Fórum Social Nordeste em 2004. Texto retirado da página eletrônica: <http://brasil.indymedia.org/pt/red/2004/12/297177.shtml>, acessado em junho de 2005.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas-SP, Papyrus, 1988.
- VANEIGEM, Raoul. *Nada é sagrado tudo pode ser dito*. São Paulo, Parábola, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *O Marxismo e o Esta*. vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. Rio de Janeiro, BookLink, 2004.
- VANEIGEM, Raoul. *Nada É Sagrado Tudo Pode Ser Dito*. São Paulo, Parábola, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. *Escritos Políticos*. vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- LUKÁCS, George. *História e Consciência de Classe*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

Edmilson Marques

Graduado em História pela UEG -
Universidade Estadual de Goiás

Marxismo e Anarquismo Segundo Ernestan

Nildo Viana

G. Ernestan apresenta o anarquismo e o marxismo como duas correntes políticas inconciliáveis. A sua fundamentação desta afirmativa, entretanto, apenas marca mais um capítulo da série sobre os mal entendidos entre anarquismo e marxismo. Buscaremos destacar, no presente texto, onde se encontra o motivo da comunicação defeituosa”.

Para Ernestan, marxismo e anarquismo se distinguem por haver uma divergência fundamental: “o anarquismo e o marxismo divergem fundamental, irremediavelmente, de maneira absoluta, no critério de considerar o homem. Em consequência disso, a partir das primeiras polêmicas do tempo da Associação Internacional dos Trabalhadores até os embates de hoje, esse contraste profundo coloca em campos contrários os militantes sociais que, doutrinariamente, não falam a mesma linguagem” (ERNESTAN, 1963, p. 66-67).

Esta afirmação apresenta alguns problemas. Sem dúvida, não falar a mesma linguagem é uma das raízes da comunicação defeituosa entre marxismo e anarquismo, tal como se vê no debate de Marx com Bakunin. É possível falar que existe uma concepção de natureza humana no anarquismo e no marxismo? A resposta é sim, desde que não se fale “o” anarquismo e “o” marxismo. Um exemplo pode esclarecer esta questão. Como os anarquistas concebem a natureza humana? Existe apenas uma concepção acerca desta questão? Seria meio difícil dizer que Max Stirner e seu anarco-individualismo possui a mesma concepção que Errico Malatesta, para citar apenas dois representantes do anarquismo. Max Stirner toma o indivíduo como um ser egoísta, que busca satisfazer seus desejos e interesses, independentemente dos outros indivíduos, e isto beneficiaria a todos. Esta concepção é idêntica a ideologia liberal burguesa defendida por Bentham, Stuart Mill, entre outros. Para Malatesta (1988), ao contrário, existe, no ser humano, um instinto de

sobrevivência individual e um instinto de sobrevivência da espécie e isto significa que ele não é egoísta por natureza. Desta forma, vemos que não é possível falar de uma única concepção anarquista da natureza humana.

O mesmo ocorre com o marxismo, se se considerar, como parece fazer Ernestan, por marxismo tudo o que se intitula assim. A concepção de natureza humana difere dependendo de qual “marxista” a elabora. A concepção retratada por Ernestan é inaplicável ao marxismo autêntico. Segundo ele, “para os marxistas, os elementos sociais atuantes encontram-se fora do homem, que não passa, para eles, de um autômato a mercê das forças abstratas e místicas a que denominam economia, determinismo histórico, etc., elementos estes que o marxismo afirma ter revelado” (ERNESTAN, 1963, p. 67). Tal concepção é verdadeira se, ao invés de ser dirigida ao marxismo, for direcionada ao stalinismo e outras correntes pseudomarxistas.

Qual é, então, a concepção marxista da natureza humana? Poderíamos dizer que é a mesma que Ernestan (Idem, p. 67) diz ser a do anarquismo:

“para os anarquistas, ao contrário, qualquer que possa ser o seu ponto de vista sobre o desenvolvimento histórico, o homem existe e age no universo como o único elemento pensante, agente e criador - ponto de partida e ponto de chegada de tudo quanto se relaciona com a vida social”.

Tomemos Marx para justificar esta concepção. Para Marx, o ser humano para sobreviver precisa manter um intercâmbio com o meio ambiente (natureza) e faz isto por intermédio do trabalho, ou seja, de suas atividades. O que difere o trabalho humano do trabalho animal? É o fato do ser humano colocar uma finalidade no seu trabalho antes de executá-lo na prática. Uma abelha faz sua colmeia sem planejá-la na cabeça enquanto que o ser humano planeja sua casa antes de fazê-la. O ser humano pode fazer isto porque é um ser consciente. Esta é uma das principais características da natureza humana, que possui outras, tais com as necessidades primárias (comer, beber, amar, etc.) e a de associação (é um ser social). Vê-se, aí, que o ser humano, para Marx, é um ser “pensante, agente, criador”, tal como Ernestan o concebe.

Ocorre, porém, que, em uma sociedade de classes, os seres humanos não conseguem realizar totalmente sua natureza, pois o trabalho alienado e a repressão criada para sustentá-la impede a manifestação plena da criatividade humana. E é por isso que existe a resistência das classes exploradas, a luta de classes, a possibilidade de revolução e de autogestão social, ou seja, uma sociedade onde a natureza humana possa se manifestar livremente.

Mas de onde surgiu esta interpretação de Ernestan? Ele não cita as fontes nas quais se baseou para fazer as suas afirmações. Não diz se leu Marx ou os seus deformadores; não diz se concluiu isto de leituras ou de contato direto com os auto-intitulados marxistas. Por isso, poderemos imaginar que ele se baseou no discurso dos deformadores da obra de Marx e não na do próprio.

Outra afirmação equivocada de Ernestan é a seguinte: “enquanto o professor Karl Marx preparava pesadamente o seu novo evangelho, Bakunin, o rebelde errante, contribuía para destruir em seus mais profundos alicerces, a idéia de Deus, chegando, com uma lucidez genial, a identificar Deus com o Estado - esse Estado que Marx e seus adeptos viriam a tornar instrumento do seu sistema social” e que “um sistema tão absoluto e autoritário em sua essência tinha forçosamente que acabar, como aconteceu na Rússia, numa ditadura onipotente” (Idem, p. 67).

O primeiro equívoco está em chamar Marx de professor, coisa que ele não era. Isto não teria importância se não fosse o motivo pelo qual ele não seguiu tão carreira: “suas posições intelectuais são tão radicais que não pretende empreender uma carreira de professor universitário” (FOUGEYROLLAS, 1989, p. 12). O equívoco fundamental, no entanto, reside na idéia de que Marx foi um defensor do estado e que a formação do capitalismo de estado russo tenha sido a materialização de suas idéias. Sem dúvida, Marx (1988) afirmou no *Manifesto Comunista*: “o proletariado utilizará sua supremacia para arrancar, pouco a pouco, todo capital à burguesia, centralizando os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou

seja, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível o total das forças produtivas”. Esta frase, assim como a concepção política de Marx deste período, vai ser mal compreendida pelos seus defensores e opositores, pois a idéia de Estado aqui não é a de um aparato burocrático e ditatorial e sim da classe operária como agente repressivo e organizador da nova sociedade enquanto ainda restam resquícios da velha sociedade capitalista.

Portanto, aqui se propõe a estatização dos meios de produção e é neste texto que muitos irão justificar sua prática política autoritária e burocrática visando conquistar o poder do estado (o pseudo-marxismo) e outros irão criticar o estatismo e o autoritarismo de Marx. Contudo, após a Comuna de Paris, em 1871, Marx mudou de concepção e expressou isto da seguinte forma: “uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado teria que ceder lugar também nas províncias ao autogoverno dos produtores”;

“não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária” (MARX, 1986, p. 73-74).

Isto não combina nenhum pouco com o que foi colocado em prática na Rússia. Se os bolcheviques, auto-intitulados marxistas, criaram a ideologia estatista e usurparam o poder dos conselhos operários (soviets), houveram outros, inspirados também no marxismo, tal como o grupo Verdade Operária, que se opuseram aos bolcheviques e lutaram contra o que eles denominaram implantação do capitalismo de estado na Rússia (BERNARDO, 1977).

Outras acusações são feitas ao marxismo, tal como a de cientificismo. Isto é verdadeiro no que se refere ao reformismo e ao bolchevismo mas não ao marxismo autêntico. Karl Korsch (1975), por exemplo, refutou a idéia de que o marxismo é uma ciência e outros também o fizeram.

Portanto, o equívoco de Ernestan se encontra no fato de não separar “marxismo” e marxismo, entre o autêntico e sua deformação. Na perspectiva de Ernestan não é possível um diálogo e uma unificação entre anarquismo e marxismo? Ao que tudo indica, sim. Mas encontramos uma brecha em seu próprio texto: “o marxismo, embora tenha concorrido com algumas contribuições apreciáveis para o estudo do problema social, tornou-se, em sua contextura e em sua ação, um desvirtuamento e uma corrupção do socialismo. À medida que consegue vencer politicamente, vai esvaziando o socialismo de seu conteúdo idealístico e de sua renovação social” (ERNESTAN, 1963, p. 70).

Se reconhecermos que a afirmação acima é verdadeira se a aplicarmos ao pseudo-marxismo (social-democracia, bolchevismo) e que existe um marxismo marginal (que é o marxismo autêntico) que não pretende conquistar o poder do estado e sim destruí-lo, então veremos que o diálogo e a ação conjunta é possível, necessária e desejável.

Referências Bibliográficas

- ERNESTAN, G. *Anarquismo e Marxismo*. In: LEUERONTH, Edgar. *Anarquismo - Roteiro de Libertação Social*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963.
- MALATESTA, Errico. *A Anarquia e Outros Escritos*. Brasília, Novos Tempos, 1988.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *Marx*. São Paulo, Ática, 1989.
- MARX, K. E ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2a. Edição, São Paulo, Global, 1988.
- MARX, K. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986.
- BERNARDO, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto, Afrontamento, 1977.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1975.

Nildo Viana

Prof. da UEG - Universidade Estadual de Goiás
Doutor em Sociologia/UnB

A Indissociabilidade entre o "Político" e o "Econômico": As Abordagens de Ellen Meiksins Wood e João Bernardo

Flávio Pereira Diniz

A esfera política é considerada, muitas das vezes, como um campo específico, autônomo e até mesmo independente de outros elementos, como por exemplo, o econômico. Porém, autores como Wood (2003) e Bernardo (1998) apontam a impossibilidade de separação entre o político e o econômico. Procuraremos demonstrar como estes autores desenvolveram tal reflexão, a partir de pressupostos da economia política marxista.

Ao diferenciar as formas de apropriação da mais-valia no capitalismo, das formas pré-capitalistas, Wood (2003) caracteriza a segunda por

“modos extra-econômicos de extração de mais-valia, a coação política, legal ou militar, obrigações ou deveres tradicionais etc, que determinam a transferência de excedentes para um senhor ou para o Estado por meio de serviços prestados, aluguéis, impostos e outros”. (WOOD, 2003, p. 35)

No capitalismo, a apropriação da mais-valia ocorre de forma diferenciada. Há uma transferência do poder político do Estado para os capitalistas.

“Os proprietários capitalistas recuperaram, no controle direto da produção, os poderes políticos que perderam para o Estado. Embora o poder ‘econômico’ de apropriação possuído pelo capitalista esteja separado dos instrumentos de coação política que o impõem, esse poder de apropriação está mais do que nunca direta e intimamente integrado com a autoridade de organizar a produção”. (WOOD, 2003, p. 36)

Com as transformações ocorridas nas formas de apropriação da mais-valia (da servidão ao trabalho assalariado), podemos constatar a transferência de poderes políticos para a esfera econômica. O Estado, porém, não perde sua importância na reprodução dessas relações, pois, em última instância, é ele que garante estas relações, mesmo que para isso tenha que adotar, sem o menor constrangimento, o uso da força.

A autora utiliza o termo “privatização do poder político” para demonstrar o processo de transferência deste poder, da esfera pública para a esfera privada, onde o capitalista proprietário dos meios de produção passa a ter autoridade sobre as relações de produção. O capitalismo é visto como sendo esta “privatização do poder político”.

Para explicar este caráter sui generis do ‘político’ no capitalismo, e situar o econômico na política, a autora aponta ‘dois pontos críticos’:

“primeiro, o grau sem precedentes de integração da organização da produção com a organização da apropriação; e segundo, o alcance e a generalidade dessa integração, a extensão praticamente universal a que a produção no conjunto da sociedade se mantém sob o controle do apropriador capitalista”. (WOOD, 2003, p. 46)

Uma mudança no foco da luta de classes é apontada pela autora como uma consequência do processo de “privatização do poder político”.

“A coação política direta foi excluída do processo de extração de excedentes e removida para um Estado que em geral intervém apenas indiretamente nas relações de produção, e a extração de excedentes deixa de ser uma coação política imediata. Isso quer dizer que se muda necessariamente o foco da luta de classes”. (WOOD, 2003, p. 47)

Apesar da expropriação, realizada pelos capitalistas, da riqueza produzida pelo trabalhador se dar no processo de produção, o conflito de classes, quando ocorrem, “não se dão geralmente entre capital e trabalho”. (WOOD, 2003, p. 47) Este conflito é transferido para a esfera política, não sendo mais o capital o seu condutor, e sim o Estado. Este Estado aparece como mediador deste conflito, aparentemente neutro. O Estado é considerado como o “ponto decisivo de concentração de todo o poder na sociedade”. (WOOD, 2003, p. 49).

Finalmente, cabe destacar a indicação que a autora faz sobre a “lição estratégica a ser aprendida da transferência das questões ‘políticas’ para a ‘economia’” (WOOD, 2003, p. 49) Ela aponta a necessidade de articulação entre a luta de classes no campo econômico e no político. As lutas não devem se restringir à uma única esfera. A autora defende uma unificação das lutas econômicas e políticas.

João Bernardo (1998), ao considerar que a distribuição da mais-valia, produzida pela classe trabalhadora, é realizada de forma desigual entre os capitalistas, e entendendo que essa concorrência acontece na esfera da produção, ou seja, na infraestrutura, define o estado como o regulador desta concorrência.

O modelo proposto por João Bernardo é uma espécie de articulação daquilo que ele chama de “Condições Gerais de Produção” e “Unidades de Produção Particularizadas” (BERNARDO, 1998).

“Enquanto as Unidades de Produção Particularizadas não desempenham um papel central na difusão dos aumentos de produtividade, as Condições Gerais de Produção têm como objetivo

permitir e propagar o desenvolvimento da produtividade. As Condições Gerais de Produção incluem, em suma, todo o conjunto das infra-estruturas materiais, tecnológicas, sanitárias, sociais, culturais e repressivas indispensáveis à organização geral do capitalismo e ao seu progresso. No âmbito das Condições Gerais de Produção reúnem-se as instituições necessárias ao funcionamento integrado da economia e onde, por conseguinte, se opera a concorrência permanente entre o tempo de trabalho médio e o tempo de trabalho mínimo. A concorrência na produção consiste, em última análise, na disputa entre os capitalistas para se ligarem de maneira mais favorável às Condições Gerais de Produção” (BERNARDO, 1998, p. 31)

E continua João Bernardo: “São esses os mecanismos fundamentais da política nas classes dominantes e, portanto, as Condições Gerais de Produção constituem a principal esfera de existência do Estado” (BERNARDO, 1998, p. 31).

Ao considerar as “Condições Gerais de Produção” como a “principal esfera de existência do Estado”, João Bernardo remete o Estado do âmbito político para o econômico. Não há separação entre o político e o econômico.

É importante destacar as concepções de “Estado Amplo” e “Estado Restrito” elaboradas pelo autor:

“Por oposição ao Estado Restrito, que inclui apenas o aparelho político reconhecido juridicamente, e tal como é definido pelas Constituições dos vários países, ou seja, governo, parlamento e tribunais, o Estado Amplo inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes” (BERNARDO, 1998, p. 41).

O Estado Restrito é sempre nacional, enquanto que o Estado Amplo transpõe as fronteiras nacionais. “... o que agora se denomina neoliberalismo não é mais do que a hegemonia exercida sobre o Estado Restrito pelas companhias transnacionais, enquanto elementos determinantes do Estado Amplo” (BERNARDO, 1998, p. 48).

As “formas organizadas do poder das classes dominantes” são as instituições do Estado Amplo, que o autor define como sendo as “empresas”. Estas, por sua vez, possuem mecanismos de controle e repressão similares aos do Estado Restrito. “Ao avaliarem o desempenho dos empregados, remunerando-os ou punindo-os de acordo com critérios específicos, os patrões estão exercendo uma réplica do poder judiciário” (BERNARDO, 1998, p. 42).

O neoliberalismo costuma propagar a idéia de um Estado Mínimo, que desempenha apenas funções essenciais, não interferindo nas questões econômicas. O “Mercado” têm, segunda esta concepção, o poder de auto-regulação que descarta a

necessidade do Estado para esta função.

A idéia de neutralidade do Estado é outro elemento que camufla o caráter de classe do mesmo. Segundo as concepções que abordamos acima, imaginar o Estado como um ente a serviço de toda a sociedade, como aquele que garante o ‘bem comum’, é um equívoco tremendo. O Estado capitalista possui uma natureza de classe, que apesar de toda a complexidade do mundo contemporâneo, pode ser percebida através de suas intervenções, quando estas se tornam necessárias.

Como exemplo, podemos citar, no caso do Brasil, as intervenções do Estado como indutor da econômica, seja através do fornecimento de subsídios fiscais à empresas nacionais ou transnacionais, ou mesmo quando o aparelho estatal é chamada para garantir a propriedade privada.

Neste último caso, inúmeros exemplos poderiam ser destacados. Quantas vezes ouvimos a notícia de que a “Justiça” determinou a reintegração de posse de propriedades, sejam rurais ou urbanas, ocupadas por sem-terra ou sem-teto, ao proprietário. E para isso, o Estado mobiliza sua força policial no sentido de cumprir, através da violência, as determinações da “Justiça”.

Por outro lado, também é possível verificar a enorme influência do econômico sobre o político, naquilo que tange à escolha dos políticos que irão ‘representar’ a sociedade nos parlamentos. O poder econômico é decisivo na escolha destes políticos. Para vencer uma eleição é necessário um alto investimento de recursos. E estes recursos são resultado de doações de grupos econômicos que buscam garantir seus privilégios e aumentar seu poder de inserção na esfera política e econômica. E isto não é uma exclusividade do Brasil.

Portanto, podemos concluir que, definitivamente, não é possível separar as questões econômicas das questões políticas.

Comparando as reflexões de Wood (2003) e Bernardo (1996), arriscaremos uma analogia. A primeira utiliza a expressão “privatização do poder político” para representar a transferência do poder de expropriação da esfera política para a econômica. Os proprietários capitalistas utilizam meios econômicos, e não políticos, para proceder tal expropriação. O Estado intervém apenas em momentos em que este processo é ameaçado. João Bernardo, ao trabalhar as idéias de Estado Restrito e Estado Amplo, refere-se à segunda categoria como o “funcionamento das empresas, enquanto aparelho de poder.” (BERNARDO, 1996, p. 42) Podemos constatar, que para ambos, os

capitalistas possuem poderes políticos que em outros tempos pertenciam à esfera pública (entenda-se Estado), privatizando-o. Para ambos autores, a tese de separação entre o político e o econômico é inaceitável.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, João. Estado. *A Silenciosa Multiplicação do Poder*. São Paulo, Escrituras, 1998.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

Flávio Pereira Diniz

Sociólogo

Aluno do curso de Especialização em Ciência Política/UEG

Menores Infratores e Estado

Silena Jaime

Em São Paulo, na unidade da Febem do bairro de Vila Maria, o último dia 11 foi de farras. Nesse dia, funcionários deram-se ao esporte de invadir, dois a dois, as celas onde estavam trancafiados os menores, e espancá-los com barras de ferro. Acertaram as vítimas no peito, nas costas, nas pernas, na cabeça e no rosto. No exame realizado quando o caso veio a público, 84 meninos mostravam sinais de espancamento.

Roberto Pompeu de Toledo

Quatro internos da unidade 21 da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem), em Franco da Rocha (SP), são acusados de violentar a educadora D. C., de 28 anos. O estupro ocorreu às 20 horas de sexta-feira. A vítima estava sendo mantida refém em companhia de outras oito mulheres e dois homens – entre eles o seu marido, que é funcionário da mesma unidade. Os internos haviam se rebelado na manhã de sexta-feira. Uma outra funcionária conseguiu escapar.

Jornal O Popular

Duas notícias veiculadas em nossos órgãos de informação. Duas trágicas faces de uma mesma moeda – a violência. Acontecimentos que tornam difícil, se não impossível, dar vazão a uma tendência maniqueísta – certo e errado, bom e mau. Nessa história, cujo final nem se vislumbra, quem é o mocinho, quem é o bandido? A palavra violência é, geralmente, associada à agressão física ou sua ameaça.

Homicídio, lesões corporais, estupro, assalto à mão armada – ninguém fará qualquer objeção a que são formas de violência. Embora comumente resulte de um ato de força, brutal, quando então se fala em violência material, ela também pode ser moral, forma largamente empregada na tortura. “A violência resulta da ação, ou força irresistível, praticadas na intenção de um objetivo, que não se teria sem ela” (SILVA, 1989, p. 498). A violência é, portanto, um meio de que se vale aquele que a emprega, para auferir algo, para garantir um interesse, que, de outra forma, não teria como alcançar.

Contudo, para que se possa compreender a totalidade do fenômeno da

violência é preciso ir além da violência declarada, exposta todos os dias nas páginas dos jornais e revistas e assistida nos noticiários televisivos. É necessário buscar a violência velada, que, subrepticamente, se instaura e cuja percepção é difícil, quase impossível, porque esta forma de violência se reveste de naturalidade e se apresenta como se não fosse mais que a ordem natural das coisas. Ela usa, então, a vestimenta dos costumes, tradições e leis e passa despercebida da grande maioria, acobertada pela institucionalização. É a violência da desigualdade. “Toda violência é institucionalizada quando admito explícita ou implicitamente, que uma relação de força é uma relação natural – como se na natureza as relações fossem de imposição e não de equilíbrio” (ODALIA, 1985, p. 35).

Rousseau, em seu *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, atribuiu à propriedade o mérito da instituição da desigualdade e, de conseqüência, da violência.

“O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: ‘Isto me pertence’, e encontrou criaturas suficientemente simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Que de crimes, de guerras, de assassinatos, que de misérias e de horrores teria poupado ao gênero humano aquele que, desarraigando as estacas ou atulhando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: ‘Guardai-vos de escutar este impostor! Estais perdidos se vos esqueceis de que os frutos a todos pertencem e de que a terra não é de ninguém.’” (ROUSSEAU, 2002, p. 175).

Ao trocar sua condição de nômade pela de sedentário, o homem pôde aprimorar suas habilidades e, com o conseqüente desenvolvimento da agricultura, pecuária e metalurgia, apareceram as primeiras sobras, que acabaram possibilitando o surgimento da propriedade privada e da acumulação primitiva de capital, a pré-condição da produção capitalista. Os grandes proprietários puderam, assim, com o seu excedente, comprar a força de trabalho dos que nada ou pouco possuíam. Logicamente, pagavam pelo trabalho uma quantia substancialmente inferior ao valor do que era produzido e que, assim, passava a pertencer ao dono do capital. O produto do trabalho, uma vez vendido ao consumidor, proporcionava o lucro, que era acrescido ao capital. Surgiu a desigualdade e a separação entre detentores de capital e trabalhadores.

O surgimento das classes sociais faz surgir o conflito entre elas e a necessidade da classe dominante de garantir seu status sobre a classe dominada. Surge, então, o Estado. Este não é um fim em si mesmo, mas “um meio para atingir determinado fim: manter e reproduzir as relações de produção dominantes” (VIANA,

2003, p.15). O Estado é um instrumento de dominação de que se vale o capitalismo para garantir sua perpetuidade. Se o Estado garante as classes dominantes e estas, para se manterem, necessitam da perpetuidade da relação de dominação, conclui-se que a influência da classe dominada sobre o Estado é mínima. As reivindicações desta só serão atendidas na medida em que não afetem drasticamente aos interesses da classe dominante e, também, se ao serem atendidas, sirvam de reforço à legitimidade do Estado, garantindo-lhe maior estabilidade política.

O Estado procura se legitimar de diversas formas. Uma delas é a propagação da idéia de que ele é neutro, imparcial. Vale-se, para tanto, em especial, da idéia da igualdade formal dos indivíduos. “Todos podem ultrapassar a desigualdade real na sociedade civil através da igualdade imaginária no estado” (VIANA, 2003, p. 39). Tanto é assim que a própria Constituição Brasileira, em seu art. 5º, caput, inserido no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, proclama: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, e, antes, no art. 3º, inc. IV, declara ser objetivo fundamental do Brasil, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Infelizmente, como apregoa o texto da Lei Maior, a igualdade ocorre “perante a lei”, ou seja, não passa de uma igualdade jurídico-formal. “O direito de igualdade não tem merecido tantos discursos como a liberdade” (SILVA, 2003:210). A igualdade não é um direito tão reivindicado, pela classe dominante, como o é o direito de liberdade, uma vez que a efetivação material, real, da igualdade choca-se com os interesses dos privilegiados e não se harmoniza com o domínio de classe em que se assenta a democracia vigente no Estado capitalista.

Outro instrumento de manutenção dos privilégios e da legitimação do Estado é o sistema repressivo, em especial, a polícia e o sistema penitenciário. E aqui surge uma forma capciosa de dominação, que se apresenta, supostamente, como resposta aos desejos do dominado, fazendo-o crer que a repressão é a realização de uma aspiração do dominado. A violência surge travestida de segurança.

Se o povo é a origem das normas que deverão orientar seu próprio comportamento, a mágica está em passar como dele o que dele não é. Nesse processo, criam-se ilusões e se as ilusões não são suficientes – nunca o são – criam-se, paralelamente, os instrumentos de intimidação, cuja finalidade maior é estabelecer o medo como condição de vida. (ODALIA, 1985, p. 53).

Embora se insista em divulgar o mito da índole pacífica do brasileiro, o que se constata historicamente é que a sociedade brasileira foi construída com constante emprego da violência. “A violência está presente no Brasil há cinco séculos. Houve o genocídio cultural, territorial, étnico e físico dos índios e o massacre da população africana” (MIR, 2004, p. 48). Ainda no período imperial, era uma constante a perseguição contra os descontentes com o regime vigente. Já no período republicano é desnecessário, e exaustivo, que se enumerem as violências levadas a cabo pelo próprio Estado, seja nas duas ditaduras, seja nos áureos tempos de democracia.

Apesar disso, em especial durante a ditadura de 64 a violência institucionalizada sempre foi tratada como questão de segurança nacional e justificada pela necessidade de uma coexistência pacífica. Coincidentemente, a violência passou a ser vista como um grave problema justamente com o fim do Regime Militar e instalação da Abertura Política. A violência se tornou uma “questão nacional” ao mesmo tempo em que o modelo econômico-político entrou em crise, não havendo mais que se falar em segurança nacional.

Evidentemente, seria insensato negar a existência ou o aumento da violência. Ela existe, seu índice é crescente. A questão, contudo, reside no emprego que se faz da violência como forma de consolidação do regime político-econômico.

A banalização da violência cotidiana leva a encarar como natural ou universal o sistema que a propicia, e a aceitar como normais fatos do tipo: fome, doenças coletivas, insalubridade, arbítrio, torturas, perseguições ideológicas, mentiras sistemáticas, autoritarismo, censura, golpes, etc., ou as várias formas de violência simbólica como as exercidas pela doutrinação política, pelas religiões, pela educação, etc. (MENEZES apud LEAL & PIEDADE Jr., 2003, p. 136)

Cabe destacar que quando os meios de informação ou os políticos se referem aos “marginais” estão, na quase totalidade das vezes, se referindo à delinquência oriunda das classes inferiores, omitindo o fato de que os grandes vitimadores, na realidade, são a fome, a desnutrição, o descaso com a saúde, insalubridade, os crimes de colarinho branco, as grandes negociatas. Tranfere-se, assim, o foco e a responsabilidade para o “marginal”.

“O bombardeamento constante por parte dos meios de comunicação e dos políticos do regime a respeito da necessidade de um maior policiamento visam criar um clima de tensão permanente que, longe de ameaçar o sistema, o consolida” (OLIVEN, 1989:18).

Em nossos dias, só se considera violência aquela levada a cabo pelos “marginais” e contra eles se efetiva uma violência ainda maior, que busca eliminá-los. “Marginais” são sempre os pobres, os miseráveis, o que favorece a propagação da tese de que “a miséria gera a criminalidade e a violência” e da irrecuperabilidade dos criminosos. As grandes negociatas, os crimes de colarinho branco, os vultosos desvios de verba pública são vistos como casos de corrupção, mas nunca de violência. E assim, o sistema se perpetua e se consolida.

Ainda em 1665, o Padre Vieira, no sermão do Bom Ladrão (Sermões, V), proferido na Igreja da Misericórdia, em Lisboa, já denunciava tal embotamento da visão.

Não são só ladrões os que cortam bolsas ou espreitam os que se vão banhar, para lhes colher a roupa; os ladrões, que mais própria e dignamente merecem este título, são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e as legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos. Os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam. Diógenes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de varas e ministros de Justiça levavam a enforcar uns ladrões e começou a bradar: ‘LÁ VÃO OS LADRÕES GRANDES A ENFORCAR OS PEQUENOS’. Ditosa a Grécia, que tinha tal pregador! (VIEIRA apud. BICUDO, 1994:99).

Neste trecho percebe-se que a “cegueira” quanto à real violência sofrida não é privilégio dos dias atuais e nem uma novidade dos ditos tempos modernos. Desde tempos remotos há uma dificuldade das massas em perceber quem é seu verdadeiro algoz. É uma situação peculiar, em que se pune aquele que já se encontra oprimido pela própria conjuntura. Pune-se o trabalhador desempregado como se essa condição fosse produto de sua vontade e ele pudesse alterá-la a seu bel prazer (é fato sabido que a polícia, ao abordar um indivíduo, indaga pela “carteira assinada”). Punem-se as crianças e adolescentes das ruas, como se fossem responsáveis pela destruturação familiar, em muitos casos uma consequência do desequilíbrio econômico de grande parte dos lares brasileiros. Passa, assim, a ser agente aquele que é, na verdade, uma vítima da violência. Uma violência maior e mais grave, mas que passa despercebida, já que o foco é distorcido para outras questões.

Mas ao mesmo tempo em que a violência é um mecanismo de dominação

empregado pelas classes dominantes, ela tem se transformado em estratégia de sobrevivência utilizada pelas classes dominadas. Mais do que caráter econômico, a violência revela, então, seu aspecto político, quando os espoliados procuram, por intermédio da violência, recuperar parte do excedente de que foram expropriados. A violência apresenta, hoje com maior ênfase, um caráter duplo: é meio de ataque, de que se valem as classes dominantes para preservar seus direitos e regalias e impor submissão e obrigações aos dominados; e é, também, meio de ataque empregado pelos explorados, que manifestam, por intermédio dela, sua insatisfação desesperada com as deficiências sociais, políticas e econômicas.

A imensa desigualdade existente entre os segmentos sociais, onde uma minoria desfruta de privilégios inimagináveis pela grande maioria de excluídos, até mesmo do mínimo necessário a uma existência digna, contribui fortemente para um aumento dos índices de violência. O luxo ostentado convivendo lado a lado com a miséria, a publicização de bens e valores inacessíveis para a maioria da população, uma inversão de valores éticos, quando, passa-se a valorizar a posse da riqueza ou da influência mais que o caráter pessoal, o individualismo exacerbado e a “coisificação” do outro que torna a preocupação com o próximo inexistente, contribuem para incitar a tensão entre as classes e fomentar o embate.

Para os oprimidos, a violência se apresenta como forma de ressarcimento e compensação pelas privações sofridas. Ainda que sob forma de literatura, tal pensamento é expresso de forma magistral no conto “O Cobrador”, de Rubem Fonseca, cujo personagem central, e que se autodenomina “Cobrador”, decide cobrar, por intermédio da violência, tudo o que lhe é devido pela sociedade.

Tão me devendo colégio, namorada, aparelho de som, respeito, sanduíche de mortadela no botequim da Rua Vieira Fazenda, sorvete, bola de futebol. [...]. Estão me devendo xarope, meia, cinema, filé mignon [...]. Estão me devendo uma garota de vinte anos, cheia de dentes e perfume. [...]. Sempre tive uma missão e não sabia. Agora sei. [...]. Sei que se todo fodido fizesse como eu o mundo seria melhor e mais justo (FONSECA, 1979: passim).

Nesse conturbado contexto surge a violência juvenil. Crianças e adolescentes galgaram o posto de “inimigos públicos”, agentes da criminalidade e insegurança social. Na verdade, a juventude é a maior vítima da violência. “A violência juvenil nada mais é do que a única forma de resistência dos jovens lumpemproletários e de alguns proletários à violência generalizada da qual são vítimas” (VIANA, 2004, p. 71).

Embora se insista em creditar à pobreza o posto de fator determinante da criminalidade, aí incluindo a delinquência juvenil, segundo dados divulgados pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), a desigualdade social é a principal causa da violência entre os jovens, no Brasil (CZEPAK, 2004, p. 4). Os atos de violência, mais que um meio de satisfação das necessidades materiais são, para os jovens, uma resposta a um sentimento de injustiça, agravado pelo convívio diário com pessoas socialmente incluídas, o que agrava o sentimento de opressão, uma vez que não correspondem aos padrões socialmente valorizados.

Ela [a violência juvenil] é mais forte nos indivíduos provenientes das classes exploradas, que são vítimas de uma sobre-violência, a que é derivada da situação de classe. Neste caso, há um transbordamento, um excedente de ação violenta provocado por um excedente de repressão, opressão, miséria, etc. Assim, os jovens das classes exploradas negam sua situação de classe, seja ambicionando ascender socialmente, para o caso daqueles que introjetaram os valores dominantes, seja para manifestar sua insatisfação, sua revolta. Em muitos casos eles negam as relações de propriedade, de regularização jurídica etc. e fazem isso através de atos de violência (VIANA, 2004, p. 72).

A criminalidade se apresenta para os jovens excluídos como uma carreira, uma alternativa que lhes possibilita o acesso a gratificações sociais, que de outra forma, seria quase impossível alcançar. É uma rejeição vigorosa ao modelo de vida de seus pais e avós, marcada pela exploração sócio-econômica e pela submissão humilhante. Os jovens não querem repetir este modelo e vêem a criminalidade como alternativa. “Os jovens bandidos não se conformam com a vida pobre em vigoroso contraste com o consumo e riqueza que vêem na televisão e na vida real” (VELHO, 1996, p. 21).

É lógico que a criminalidade não é privilégio das classes dominadas. Ela também acontece nas classes dominantes. Mas apenas a violência proveniente dos oprimidos, pelo caráter que apresenta de ameaça a manutenção dos interesses dos privilegiados, se torna objeto de violenta repressão pelo aparelho repressor estatal, que atinge, predominantemente, àqueles. A própria legislação, em destaque o Estatuto da Criança e do Adolescente, objetiva alcançar os jovens provenientes das classes exploradas, protegendo os interesses da classe dominante.

A um observador desatento, que não conhece a realidade brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente pareceria um instrumento de promoção da cidadania e

dignidade humanas, fruto de um Estado promovedor das igualdades (social, econômica, política). Da leitura de alguns de seus dispositivos, em especial os destinados a regular a punição pela prática de ato infracional pelo menor, parecem transparecer, dentre as prioridades dos governantes, o apoio e a proteção à infância e à juventude.

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade;
- VI – internação em estabelecimento educacional (grifo nosso);

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (grifo nosso).

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando (grifo nosso):

- I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (grifo nosso).

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

- V – ser tratado com respeito e dignidade;
- IX – ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;
- X – habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI – receber escolarização e profissionalização;
- XII – realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Do texto da lei, fica evidente o caráter de excepcionalidade e brevidade da

medida de internação (art. 121). Ou seja, deve ser empregada em último caso, quando incabível outra medida. Na prática não é o que ocorre. A internação se apresenta como punição primeira empregada pelos aplicadores do direito, especialmente contra adolescentes provenientes das classes inferiores, com integral apoio da classe dominante e da classe média que, ciosos de seus privilégios, procuram excluir do dito “mundo civilizado” e do convívio com as “pessoas de bem”, os representantes da barbárie. No texto abaixo, extraído de parte do parecer de um Procurador de Justiça que atuou em julgamento de Habeas Corpus impetrado por menor condenado em primeira instância pela prática de ato infracional equiparado a tráfico de entorpecente, fica evidente o posicionamento desfavorável ao menor e que coincide com o pensamento de grande parcela dos componentes do Poder Judiciário.

Assim é que, em solo intolerante para com a criminalidade violenta e cioso dos direitos humanos do cidadão, ensina-se que, como até mesmo o mero bom senso já seria capaz de propor, não pode o Estado permitir-se a insanidade de autorizar que se veja livre e sem amarras quem, pela prática de infração penal grave, revelou possuir perigosa propensão criminal, assim como não admitiria que um animal predador selvagem se aventurasse pelas ruas da cidade (DITTICIO, 2005, p. 2) (grifo nosso).

Inicialmente, cabe destacar que, ao se referir a um Estado “cioso dos direitos humanos do cidadão”, o parecerista somente considera como cidadão, o dito “homem de bem”, aquele que desfruta da inclusão sócio-econômica. O menor infrator, além de não ser considerado como tal, não merece ter seus direitos defendidos pelo Estado, simplesmente porque estes direitos não existem. Não é sujeito de direitos, nem é cidadão. Contra ele deve-se empregar todo o rigor da lei, criada para proteger o cidadão, apavorado com o terror espalhado pelos delinquentes.

Contudo, ainda é pior a comparação, advinda de um agente do Estado, de um adolescente com um “animal selvagem”. Como é sabido, animais não tem direitos, não estão sob o amparo da lei. Não se pode compelir alguém a respeitá-los, ficando tal sentimento ao exclusivo arbítrio do ser humano. Podem ser caçados e eliminados quando tal procedimento seja benéfico aos interesses econômicos de determinado grupo. Se uma população animal se reproduz a ponto de seu índice numérico prejudicar lavouras ou pastagens, o Estado, em sua função reguladora, permite o abate dos referidos animais até que sejam reduzidos a um contingente tolerável e não prejudicial aos interesses humanos. Neste fragmento de texto fala-se em animais que parecem

humanos, falam, andam, pensam como humanos, mas que, na verdade, embora pareçam, não são humanos, são inimigos e, portanto, ao Estado cabe impedir que “se aventurem pelas ruas da cidade”.

Prosseguindo-se na análise do texto da lei fica claro que, em caso extremo, que comporte internação, são várias as determinações a serem observadas: internação em entidade exclusiva para adolescentes, onde serão separados por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração praticada; durante o período de internação serão obrigatórias atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer e os menores deverão receber escolarização e profissionalização; deverão, também, ser tratados com respeito e dignidade, sendo dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos menores internos.

Tais disposições não resistem frente à realidade. O alto índice de rebeliões em instituições como a FEBEM denunciam “a falência do Estado quanto às medidas utilizadas nesta instituição para tentar reeducar os menores, traze-los de volta ao convívio social reabilitados para a vida” (FERREIRA, 2005, p. 13). Embora não se possa concordar com a aludida finalidade educativa (a realidade aponta para uma finalidade de exclusão do convívio social), não há como negar a falência destas instituições de “bem-estar”, onde não existem quaisquer projetos e realizações efetivas que contribuam para materializar os objetivos expressos na lei. Parece até que o único objetivo dessas instituições é evitar fugas e para isso, são empregados todos os meios e esforços. A única ressocialização que pode advir destas internações é a ressocialização para o crime. Essas instituições servem, isso sim, como ferramenta do clientelismo político, mantenedoras de uma estrutura burocrática, onde os gastos com sua manutenção – pagamento de funcionários e despesas de manutenção e materiais, muitas vezes, ultrapassam as despesas com os menores internos.

De tudo quanto foi exposto, chega-se à conclusão de que a violência juvenil é a consequência e resposta a uma violência anterior, de que é vítima a juventude expoliada, exercida pela classe dominante-proprietária: a violência institucionalizada. As cifras alarmantes sobre a participação crescente de menores em atividades criminosas tem o intuito de desviar a atenção pública de uma violência maior, originadora das desigualdades sócio-econômicas e verdadeira vitimizadora. Enquanto o Estado servir de instrumento dos privilegiados, perpetuando a dominação, a violência continuará sendo manipulada como forma de opressão e repressão dos anseios de

Referências Bibliográficas

- BICUDO, Hélio. *Violência. O Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo, Moderna, 1994.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CURY, Munir, SILVA, Antônio Fernando do Amaral, MENDEZ, Emílio Garcia. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- DITTICIO, Mário Henrique. *Sobre Ratos Gigantes e Seus Caçadores*. BOLETIM IBCCRIM. Publicação oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Ano 12, nº 147, fevereiro/2005, p. 2.
- FERREIRA, Fátima. *Febem: é bom (re)pensar!*. BOLETIM IBCCRIM. Publicação oficial do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Ano 12, nº 149, abril/2005, p. 13.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de. *A Violência da Cidade no Discurso Radiofônico*. In LEAL, César Barros & PIEDADE JR. (orgs.). *A Violência Multifacetada. Estudos sobre a violência e a segurança pública*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 131 a 148.
- MIR, Luís in AZEVEDO, Solange. *A Violência Custa Caro*. REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Globo, 22/nov/2004, p. 48, 50.
- Monitora é estuprada por quatro na Febem. JORNAL O POPULAR. Goiânia, ano 66, nº 18.698, 13/mar/2005, p.6.
- ODALIA, Nilo. *O Que é Violência*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985 (Coleção Primeiros Passos: 59).
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1989.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social e Outros Escritos*. 14ª ed. São Paulo, Cultrix, 2002.
- SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1989.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 22ª ed. São Paulo, Malheiros, 2003.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Sob o signo da tortura*. REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, ed. 1889, ano 38, nº4, 26/jan/2005, p.114.
- VIANA, Nildo. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. Rio de Janeiro, Booklink, 2004.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

Silena Jaime

Bacharel em Direito/UFG
Pós-Graduada em Ciência
Política/UEG

Política de Cotas, Política Neoliberal

Nildo Viana

A gênese da política de cotas tem raízes históricas e sociais. As políticas estatais (chamadas “públicas”) nunca nascem devido a genialidade dos governantes ou ao acaso. Elas são um fenômeno concreto e por isso possuem determinações que explicam sua gênese. O Estado, o aparelho produtor e realizador das políticas estatais, sofre mutações com o desenvolvimento histórico. As mudanças estatais explicam as alterações na constituição, alteração, conteúdo e forma das políticas denominadas “públicas”.

As políticas estatais mudam com as mudanças na forma do Estado capitalista. Basta ver o exemplo da mais recente mutação estatal, a passagem do Estado integracionista (dito do “bem estar social”, ou keynesiano) para o Estado neoliberal para observarmos isto (VIANA, 2003). O Estado integracionista utiliza uma ampla gama de políticas estatais visando integrar o conjunto da população na sociedade capitalista, sendo resultado de um processo de luta de classes que coloca o Estado enquanto instituição que salvaguardar o capitalismo através de alguns benefícios e da cooptação, após as tentativas de revoluções proletárias que sacudiram o mundo na primeira metade do século 20 e das duas guerras mundiais. Obviamente que é necessário compreender que esta formação estatal só existiu plenamente nos países de capitalismo superdesenvolvido, no qual o processo de transferência de mais-valor dos países “pobres” para os países “ricos” permitia este dispêndio estatal e a implantação da chamada “sociedade de consumo”.

A transição para o neoliberalismo ocorre com a crescente dificuldade da acumulação capitalista. A queda da taxa de lucro, já teorizada por Marx (1988), muda a lógica de reprodução do capitalismo, que busca tanto aumentar o processo de exploração nacional (a dita “reestruturação produtiva”) quanto internacional (neoimperialismo), e ao mesmo tempo erige uma nova formação estatal, o neoliberalismo. O neoliberalismo complementa a reestruturação produtiva – corroendo os direitos trabalhistas e “flexibilizando” as relações de trabalho no sentido de permitir, legalmente, uma maior exploração da força de trabalho – e o neoimperialismo, assumindo o papel protecionista nos países imperialistas e defendendo o livre comércio nos países de capitalismo subordinado. O Estado neoliberal, mínimo e forte, segundo

seus ideólogos, é aquele que busca conter seus gastos sociais, reduzindo ao mínimo as políticas estatais para a população e adquirir um papel repressivo cada vez mais intensivo, devido ao acirramento dos conflitos sociais, aumento da miséria, criminalidade e violência. Ele se torna um “Estado Penal” (WACQUANT, 2001).

O Estado neoliberal, ao contrário do seu antecessor, não possui um conjunto de políticas estatais voltadas para o chamado “bem estar social” e sim uma forte política repressiva e um conjunto de paliativos que buscam amenizar as contradições sociais através da cooptação e responsabilização da sociedade civil. É neste contexto que há a expansão do chamado “terceiro setor”, das ONGs, etc., bem como novas ideologias e ações que jogam para a sociedade civil as antigas responsabilidades estatais (voluntariado, “amigos da escola”, etc.). Assim, as políticas estatais neoliberais são políticas paliativas, isto é, não visam a resolução de problemas sociais e sim sua amenização, não estruturam um conjunto de políticas estatais voltadas para áreas-chaves, mas sim para legitimar e desmobilizar reivindicações sociais mais intensivas e resolutivas. Isto está de acordo com o princípio neoliberal de diminuir os gastos sociais, já que tais políticas possuem custos muito mais baixos. A privatização é o complemento de todo este processo, pois ela joga para instituições que visam lucro diversos serviços sociais (educação, saúde, etc.) que antes eram responsabilidade do Estado.

É neste contexto que surge a chamada “política de cotas”. Este é um exemplo de política tipicamente paliativa, isto é, neoliberal. As cotas (raciais, étnicas, sociais) não visam resolver nenhum problema social ou minimizá-lo consideravelmente. O que este tipo de política visa é beneficiar artificialmente uma parcela da população sem aumentar seus gastos e buscando cooptar tais “beneficiados”, legitimando o neoliberalismo. Basta olhar os dados estatísticos sobre a população negra no Brasil, por exemplo, para ver que o sistema de cotas na universidade atinge uma ínfima minoria desta, que é justamente a sua parcela melhor posicionada na sociedade. Se observarmos que a maioria absoluta da população pobre e que não tem a menor possibilidade de acesso ao ensino superior é formada em torno de 70% por negros, então vemos o tanto que tal política beneficia uma pequena minoria, sendo que muitos desses se tornam ardorosos defensores da política de cotas e deixa de lado aqueles que são mais necessitados, e ainda podem posar de militantes em prol do interesse coletivo daqueles que são negros. Esta política de cooptação atinge a parcela da população negra com maior capital cultural e posição social, que, obviamente, possui uma maior penetração

nos meios acadêmicos, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais, etc.

Esta população negra cooptada também tem novos interesses criados, tal como núcleos de estudos, publicações, pesquisas, etc., ligados ao financiamento realizado por determinadas instituições (inclusive internacionais) e pelo Estado, movimentando grandes somas em dinheiro e criando uma rede de interesses em torno da política de cotas, de temáticas de estudo (“ações afirmativas”, cultura afro-brasileira, etc.) e isto encontra respaldo nas ideologias contemporâneas, especialmente na moda “pós-moderna” (o pós-estruturalismo de Foucault, Guatari, Deleuze, Lyotard, etc.), com seu discurso conveniente contra a totalidade, criando as bases ideológicas e fragmentárias do micro-reformismo. Nada disto é inocente e basta ver a influência das fundações norte-americanas na produção brasileira referente a questão racial para se ver isto¹.

O Estado, ao invés de investir na educação, aumentando o número de vagas, apenas realiza um processo de substituição dos ocupantes das vagas, criando cotas que garantem tal troca. Abrir 50% de cotas para alunos oriundos do ensino público, significa que não haverá aumento de vagas, mas tão somente substituição dos ocupantes das vagas. Não ocorre gasto adicional nenhum e ainda há a propaganda que afirma que o Estado realiza políticas em benefício da população (em detrimento de outra parte da população). No caso de cotas para pessoas oriundas do ensino público, vemos apenas algumas pessoas serem beneficiadas em detrimento de outras e sem haver aumento de vagas. Nenhum governo neoliberal aponta para a criação de 50% de novas vagas no ensino superior. Pelo contrário, a política neoliberal sucateia o ensino superior público e incentiva a expansão das instituições privadas de ensino superior.

O sistema de cotas não resolve nenhuma questão mas possui muitos defensores. A dissolução do Estado integracionista pulverizou as esquerdas institucionais. A social-democracia se tornou um “neoliberalismo de esquerda”, que apenas busca unir um microreformismo ao sabor “pós-moderno” com o pragmatismo conservador e, portanto, submetido a pauta neoliberal. As grandes reformas sociais nem

¹ “Poder-se-ia invocar, evidentemente, o papel motor que desempenharam as grandes fundações americanas de filantropia e pesquisa na difusão da doxa racial norte-americana no seio do campo universitário brasileiro, tanto no plano das representações, quanto das práticas. Assim, a Fundação Rockefeller financia um programa sobre ‘Raça e etnicidade’ na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (e sua revista Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, de maneira a manter intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Para a obtenção de seu patrocínio, a Fundação impõe como condição que as equipes de pesquisa obedeçam aos critérios de affirmative action à maneira americana (...)” (BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Lïc. *Prefácio: Sobre as Armadilhas da Razão Imperialista*. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 25).

sequer são mais citadas e a idéia transformação social já havia sido abandonada pela social-democracia após a Segunda Guerra Mundial. Os novos governos social-democratas reproduzem a lógica neoliberal e se diferenciam apenas por apresentar projetos que não saem do papel juntamente com um aprofundamento de paliativos e responsabilização da sociedade civil. A sua ala mais à esquerda apresenta projetos de “economia popular”, “economia solidária”, “desenvolvimento sustentável” e coisas do gênero, às vezes utilizando linguagem mais radical e ainda falando de socialismo, mas sem rupturas e através de uma idéia de desenvolvimento linear de cooperativas e iniciativas da sociedade civil até o socialismo, lembrando o reformismo do início do século 20.

Assim, a transformação social sai do horizonte das esquerdas institucionais e o microreformismo, um reformismo em migalhas, assume seu lugar. Obviamente que muitos argumentam que não se pode esperar a realização da utopia para depois se fazer alguma coisa. Tal colocação já revela um posicionamento ao colocar que a transformação social é uma “utopia”, mas aponta para a necessidade de ações imediatas e pragmáticas. Sem dúvida, são necessárias ações imediatas, mas elas só possuem algum valor real se são realizadas a partir de uma articulação com o projeto de transformação social e que apresentem a proposta de reformas que servem para a acumulação de forças do campo revolucionário e outras que colocam em xeque a própria sociedade existente, o que André Gorz (1968) denominou “reformas não-reformistas”.

A política de cotas não apresenta nem a solução do problema que diz vir para resolver e nem possui este nível de articulação com um projeto de transformação social. Basta ver o discurso de que é preciso, imediatamente, pagar a “dívida histórica” com os negros, para ver que o microreformismo é a sua base. Se existe uma “dívida histórica” com a população negra, esta dívida não é do conjunto da população e sim da classe dominante – já que foi ela que colonizou, escravizou, explorou, oprimiu – e não é esta que irá pagar tal dívida, pois os que perderão suas vagas devido ao sistema de cotas são os setores mais pobres da população. Da mesma forma, se existe uma “dívida histórica” com a população negra, também existe a mesma “dívida” com os proletários, lumpemproletários, camponeses, índios, mulheres, jovens, crianças, e diversos outros grupos sociais oprimidos existentes na sociedade moderna. Assim, se isola a questão negra das demais questões sociais e se cria um paliativo que beneficia apenas os mais

bem posicionados desta população e isto permite se pensar que se trata de um projeto compromissado com toda uma população – a negra, já separada dos demais grupos oprimidos e esta separação entre os oprimidos apenas reflete a estratégia da classe dominante de dividir para dominar mais facilmente – e na verdade atende interesses de uma minoria no seu interior. Propor aumento das vagas ao invés de cotas, melhoria dos demais níveis de ensino ao invés de privilegiar os privilegiados de um grupo “desprivilegiado” (cuja maioria é desprivilegiada, mas não todos...), entre outras propostas, seria o caminho da articulação entre propostas imediatas e concretas com a formação de uma ação que não é produto de paternalismo estatal que beneficia uma minoria e sim de lutas populares que beneficiam a maioria. Ninguém nunca consegue sua libertação se assumindo como “vítima” e pedindo aos seus algozes a sua libertação, quando isto ocorre com alguns indivíduos, o que se faz é transformar a “vítima” num novo algoz.

É preciso ultrapassar o pensamento único, o neoliberalismo. Isto é possível superando os marcos do seu pensamento, tanto do neoliberalismo de direita quanto do de esquerda, pois ambos são neoliberais. A renda nacional cada vez mais se concentra em poucas mãos e o Estado neoliberal cumpre o papel de evitar gastos e criar paliativos para substituir as políticas estatais de atendimento à população e através de responsabilização da sociedade civil pelo que antes era um atributo seu. O Estado sempre teve o papel chave de no processo de repartição do mais-valor na sociedade e sempre fez isto de acordo com os interesses dominantes. As dificuldades encontradas no processo de acumulação capitalista fazem com que haja a intensificação da ação estatal no sentido de garantir uma maior parte da renda nacional para o capital e a luta hoje deve ser contra isto e a favor da criação de condições favoráveis para a transformação social.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre & WACQUANT, Löic. *Prefácio: Sobre as Armadilhas da Razão Imperialista*. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. 3ª edição, Petrópolis, Vozes, 2001.

GORZ, A. *Estratégia Operária e Neoliberalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.

WACQUANT, Löic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Nildo Viana

Prof. da UEG - Universidade Estadual de
Goiás
Doutor em Sociologia/UnB

A Vida Depois da Morte

A Viabilidade do Pós-Capitalismo

Jorge Beinstein

As atuais turbulências da economia mundial fazem parte de uma crise crónica iniciada no princípio dos anos 1970. Uma das expressões mais notáveis dessa crise foi a tendência de longo prazo para a queda das taxas de crescimento produtivo global, em especial nos países do centro do sistema capitalista. A magnitude alcançada por esta crise combina-se com o declínio norte-americano, perante o qual não aparecem no futuro previsível potências substitutivas; o Japão leva já quase três lustros de estagnação económica e a União Europeia está acoçada pelo défice fiscal, o desemprego e a asfixiante interpenetração económica com os Estados Unidos. Este último mal também agrava a situação japonesa e impõe dúvidas sobre a solidez da emergência chinesa. A isto acresce a inviabilidade económica de amplas zonas da periferia, algumas das quais já entraram em colapso ou estão muito próximo do desastre. O subdesenvolvimento deixou de ser desenvolvimento subordinado, caótico-elitista, complemento das necessidades dos países centrais, para se converter em depredação de forças produtivas, aniquilamento de populações.

Esta é a imagem trágica que marca o início do século XXI, pano de fundo da reinstalação do debate sobre o pós-capitalismo liberto agora da *ideologia do progresso* que o havia moldado cem anos atrás e que desapareceu quase por completo quando do afundamento paralelo do keynesianismo e do socialismo soviético. Em plena euforia neoliberal, os projectos igualitários (em primeiro lugar o socialismo) haviam sido lançados no museu das ilusões incumpridas dos séculos XIX e XX, mas no último lustro foram reaparecendo com uma força inesperada, não como nostalgia da URSS, mas sim a partir da constatação simultânea do seu fracasso e da estagnação decadente do capitalismo.

Mesmo que também se insinue a possibilidade do *pós-capitalismo bárbaro*, retomando utopias nazis, em torno do projecto de império militar, de ilusório *retorno ao mundo antigo* (KAPLAN, 2002), a formas próximas à exploração tributária ou escravagista, na realidade exacerbação de um *modernismo reaccionário* que combina a tecnologia mais avançada com visões do mundo anteriores à Revolução Francesa (HERF, 1993). O delírio colonial de Bush e dos seus falcões é um exemplo disso.

Desde o início do milénio, foram-se gerando numerosos factos políticos que

poderiam chegar a enformar proximamente a base de um novo divisor de águas no plano das ideias. Face à agudização da crise e ao surgimento da podridão militarista nos Estados Unidos irrompe uma ampla variedade de rebeliões inovadoras nos países subdesenvolvidos, como a resistência iraquiana (inscrita num movimento mais amplo de radicalização dos povos islâmicos), as sublevações indígenas na zona andina latino-americana, os movimentos sociais de marginalizados como os piqueteiros argentinos, ou os Sem Terra do Brasil, etc. Mas também a presença de países da periferia com distintos graus de autonomia relativamente ao Ocidente (casos de Cuba, China, Vietnam, Venezuela...) que demonstram o fracasso dos prognósticos de há 15 anos, acerca da iminente homogeneização neoliberal do planeta.

O debate aparece dominado por duas interrogações decisivas: entrou o mundo burguês num processo de decadência? Existe capacidade humana real para superar essa decadência? A primeira pergunta está associada ao tema da hegemonia do parasitismo financeiro e em consequência ao potencial de regeneração do capitalismo, a segunda à possível irrupção de massas insurgentes com força cultural suficiente para desencadear o processo de *abolição* da modernidade ocidental¹.

SOBREDETERMINAÇÕES, ASSIMETRIAS, ESPECIFICIDADES

O ponto inicial da reflexão deve ser a reafirmação da interdependência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenómeno presente ao longo de toda a história da civilização burguesa, desde os seus primeiros passos, no início do segundo milénio. O mesmo é dizer do *imperialismo ocidental* como raiz, como aspecto fundacional do capitalismo², desde as Cruzadas ao Médio Oriente, à Península Ibérica e a seguir à América. O que leva ao reposicionamento histórico do imperialismo recente, financeiro, emergente desde fins do século XIX (descrito por Hilferding, Lenine, Bukarin). A reprodução ampliada do capitalismo realizou-se através de uma sucessão de assimetrias, de pilhagens e reconversões periféricas como base dos processos de mudança social e transformação produtiva nos países centrais. O capitalismo aparece

¹ “*Abolir*” constitui segundo Hegel, um conceito filosófico fundamental. No seu sentido mais pobre significa “por fim a”, “negar”, mas para ele significa sobretudo retirar às conquistas da civilização burguesa a sua forma capitalista, em definitivo, elevar essa civilização a um grau superior“. Rudolf Bahro, “L’Alternative“, p.27, Éditions Stock, Paris 1979.

² Este ponto de vista foi desenvolvido por numerosos autores entre os quais se destacam Samir Amin e Anouar Abdel Malek.

então como um sistema de dominação com vocação planetária, que se concretizou até final do século XIX quando, salvo raras exceções, o mundo era composto por países ocidentais, colónias e semi-colónias do Ocidente. Nesse momento, de expansão territorial máxima, deu-se o passo decisivo na ocidentalização do mundo... mas também começou a mutação parasitária do sistema, a marcha irresistível do capital financeiro em direcção ao poder total no capitalismo, que se estendeu durante mais de um século com altos e baixos até ao seu desenvolvimento esmagador desde os começos dos anos 1970.

Esta heterogeneidade histórica da civilização burguesa foi criando especificidades regionais, nacionais, sub-culturais, em alguns casos a partir de implantações directas do Ocidente e noutros, a maioria, como subordinação dos restos das identidades colonizadas à área de dominação global. Agora, quando o sistema mundial começa a fraquejar, emergem entre as nações pobres rupturas que aparecem em vários casos significativos como identidades em construção, como contraculturas opostas de maneira antagónica ao Ocidente; os movimentos de libertação dos povos originários da América Latina são um bom exemplo do fenómeno, o islamismo radical é outro. Apresentam-se como recuperação de raízes submersas pelas modernizações imperialistas, na realidade tentam produzir autonomamente uma nova identidade, ser sujeitos da *contemporaneidade*³, assumindo a memória histórica subestimada ou negada pelos colonizadores e seus satélites locais. É certo que estes últimos apresentam essa disputa como uma luta entre a “civilização” (ou seja, a opressão ocidental) e o fanatismo, o sectarismo, a “barbárie” (a rebelião dos colonizados). As potências centrais afirmam que não existe outra *modernidade* senão a estruturada a partir da dinâmica centro-periferia, o que não sendo de todo falso, falta dizer que a inviabilidade *dessa modernidade* realmente existente coloca a necessidade da sua crítica, da sua destruição superadora. E como todos (desenvolvidos e subdesenvolvidos) fazemos parte dela, a crítica é na realidade *autocrítica*. Nós (os periféricos) devemos começar por demolir todas as nossas ilusões passadas e presentes de desenvolvimento, de

³ “No retorno ao islamismo pode supor-se um desejo de autenticidade e certa nostalgia do passado, mas não é isso o importante. O vector real da vida cultural nas sociedades muçulmanas é a aspiração à modernidade, a verdadeira identidade que o islamismo busca é a Contemporaneidade. O islamismo não é pois, nem a expressão de um defeito de nascimento de um Islão refractário à secularização, nem o culminar de um retorno triunfal à verdade do Ser. Não é, nem a manifestação da recusa da modernidade, nem a prova de uma feliz reconquista da identidade. É a expressão do desejo de inscrição numa nova identidade, face ao vazio a que conduz uma modernidade mal dominada, estratificadora e devastadora...”. Ben Ghalloum, “*El islamismo como identidad política o la relación del mundo musulman con la modernidad*”, Centro de Estudios del Oriente Contemporáneo, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris, 1995.

modernização à sombra das sociedades centrais, como simples lacaios ou inclusive como imitadores independentes, *nacionalistas ou socialistas*. Não há libertação para a periferia sem a autocrítica mais completa da sua própria história burguesa. Isso abarca tanto as colonizações abertas ou encobertas, como as nossas reformas ou revoluções populares fracassadas ao longo do século XX.

A DETERIORAÇÃO DA HIERARQUIA CIVILIZACIONAL

Poderíamos imaginar um modelo de dominação global com burguesias centrais impondo a sua cultura ao conjunto das sociedades imperialistas e daí às elites periféricas e destas às classes inferiores do mundo subdesenvolvido. Até aproximadamente 1900, o planeta aproximava-se bastante desse esquema. Mas a degeneração financeira degradou as bases do sistema que começou a desintegrar-se a partir da Primeira Guerra Mundial.

A Revolução Russa foi um golpe decisivo no edifício global do Ocidente, mesmo que impregnado de mitos ocidentais, alguns de "recente" criação como o do estatismo burguês (derivado da economia de guerra emergente desde o início do século XX) e sua planificação autoritária proveniente do capitalismo de Estado alemão⁴, ou o da subestimação das formas colectivistas pré-capitalistas, taxadas de *atraso*, de *asiatismo*. Estes mitos fizeram parte do fracasso ideológico do projecto bolchevique.

A seguir sucederam-se colossais tentativas para reverter a decadência de Ocidente, como o fascismo, reacção bárbara rapidamente derrotada (graças à resistência da URSS, *potência periférica*, é necessário sublinhá-lo), e como o keynesianismo a seguir, quando os despedaçamentos territoriais se generalizavam a partir da Revolução Chinesa e da perda da Europa de Leste. A vitória keynesiana não durou muito: o seu auge situa-se aproximadamente entre 1950 e 1970. Depois sobreveio uma crise de super produção nunca até hoje superada, engendrando um parasitismo financeiro avassalador. O resto é história recente: euforia neoliberal (cobertura ideológica da financeirização integral do capitalismo) logo seguida do militarismo imperial norte-americano, estrategicamente sobre-extendido, incapaz de sustentar de maneira duradoura as suas ambições (KENNEDY, 1993) e minado pela crise económica.

A longa decadência do século XX implicou não só perdas territoriais para o

⁴ Robert Kurz, "La economía de guerra alemana y el socialismo de estado", *Krisis*, <http://www.krisis.org>.

Ocidente, seguidas de *recuperações* que introduziram formas degradadas mafiosas totalmente afastadas do capitalismo produtivo, e deterioração decisiva da capacidade económica integradora da evolução tecnológica, quando não também (principalmente) nas duas últimas décadas, a marginalização, o afundamento de milhares de milhões de seres humanos da periferia, condenados em grande parte à morte. Mais que de perdas territoriais, trata-se agora de uma descomunal degradação económica do sistema imperialista e da sua ruína cultural. A extrema financeirização do capitalismo, a hegemonia do parasitismo, fazem parte do processo de aceleração da decadência ocidental, da modernidade capitalista como etapa histórica. Por outro lado, tanto as modernizações imperialistas como as rupturas e resistências nacionalistas ou socialistas do século XX (muitas delas fracassadas) legaram um enorme património de forças produtivas periféricas, de infraestruturas e recursos humanos, agora pilhados e destruídos pelo parasitismo ocidental, sob a forma de saque financeiro ou de ataques militares. Em suma, assistimos à emergência mundial do antagonismo entre as forças produtivas periféricas por um lado, o seu desenvolvimento potencial e sobrevivência no presente, e por outro, a presença de relações económicas capitalistas fundamentadas na dinâmica do saque. Neste novo contexto, o pós-capitalismo aparece como uma necessidade, como um projecto estrategicamente urgente. Mais ainda, este antagonismo vai além das relações entre centro e periferia, inclui as sociedades centrais a caminho da estagnação e em consequência da sua desintegração interna.

HEGEMONIA E SENILIDADE

A história do século XX aparece como uma sucessão de rebeliões, a partir do subdesenvolvimento, contra a dominação ocidental, muitas delas frustradas, e também como a extensão de formas parasitárias que foram fragilizando o poder das potências centrais. As rupturas foram possibilitadas pelas crises do Ocidente, mas este não desabou, mas vem decaindo de maneira irregular, com depressões e recuperações efémeras. Entretanto, tem conservado uma hegemonia em declínio a longo prazo, mas que lhe serviu para destruir numerosas experiências de modernização independente nos países subdesenvolvidos.

Para melhor entender esta questão, poderíamos assumir a hipótese da *decadência hegemónica*: (BEINSTEIN, 1981) a civilização ocidental vem declinando

no longo prazo (desde o início do século XX) mas conservando a sua hegemonia cultural. Esta situação paradoxal *explica* as rupturas coroadas de êxito em áreas periféricas (Revolução Russa, Chinesa, etc) mas também as suas limitações e fracassos, a erosão dessa hegemonia abre a perspectiva de novas rupturas no futuro.

Isto prende-se com a ideia de que, desde princípios dos anos 1970, o capitalismo teria entrado na sua *era senil* tal como defendia de forma pioneira nessa época Roger Dangeville (1978). As ciências sociais tomaram da medicina ideias essenciais como a de *crise*, que como facto histórico possui especificidade temporal e espacial, o que nos permite diferenciar as velhas crises de superprodução, vigorosas, de crescimento, da crise actual, que se produz num organismo velho, corroído por muitas décadas de parasitismo financeiro (exacerbado nos últimos vinte anos).

Fazendo o paralelo com o ser humano, Dangeville assinalava que “*as enfermidades infantis têm efeitos espectaculares, a angina provoca na criança uma febre muito forte que o deixa abatido, mas logo se recupera sem sequelas físicas e prossegue o seu crescimento, enquanto que a patologia senil diminui a capacidade do corpo, inclusive o paralisa, o organismo se degrada*” (Idem, p. 217). Durante os últimos trinta anos, não assistimos à “*catástrofe final*” que alguns esperavam, a bomba financeira não teve uma explosão única e apocalíptica, mas vimos presenciando diversas explosões, enfrentadas no geral com grande despesa de meios de controlo, a seguir às quais o sistema reiniciava a sua marcha, embora com uma vitalidade diminuída, com mais deformação parasitária. Não houve derrube, mas sim o avanço irresistível da decrepitude.

A partir dessa visão do mundo, podemos lançar a hipótese de que nos encontramos nos inícios de um ponto de inflexão do processo de decadência, de ruptura, muito mais forte e mais vasto que o vivido quando da Primeira Guerra Mundial, entre outras razões porque a hegemonia capitalista sofreu deteriorações civilizacionais decisivas, o que em parte explica a radicalidade cultural das rebeliões que começam a assomar.

Além dos indicadores de senilidade já assinalados (hegemonia integral do parasitismo financeiro, antagonismo global entre o potencial produtivo e a persistência do capitalismo depredador), devem ser considerados outros, como o declínio do Estado, próxima do colapso em numerosos países subdesenvolvidos, mas que já penetra as regiões desenvolvidas onde alastra a *crise de representatividade*, que inclui a

degradação das administrações públicas e dos aparelhos militares. Evidente nos Estados Unidos, onde a guerra do Iraque mostra a impotência do aparelho bélico, dos seus sistemas de armas tão tecnologicamente refinados e dispendiosos como praticamente inúteis para subjugar os iraquianos. Reflexão semelhante poderíamos fazer relativamente aos aparelhos de espionagem do Império, cuja desmesurada capacidade de acumulação de informação é acompanhada de uma incapacidade do seu processamento racional de similar magnitude. Finalmente, destaca-se o avanço da decomposição moral em muito vastos sectores da população das potências centrais, em especial das suas elites dirigentes.

DEPOIS DO CAPITALISMO

A hipótese de que o capitalismo como sistema mundial poderia entrar proximamente na sua agonia, ou seja, que o pós-capitalismo é historicamente viável, ver-se-ia fortalecida num futuro não muito longínquo pelo afrouxamento significativo dos laços de dominação imperial, o antecedente é o ocorrido a partir de 1914.

Mas depois do *capitalismo global* vem o quê? Uma alternativa a não descartar é a possibilidade de reproduções burguesas periféricas autónomas talvez sob formas autoritárias, já que essas burguesias nacionais operariam em situações críticas, sem apoio internacional e seguramente confrontadas com massas populares descontentes. Ainda deveria aprofundar-se a reflexão em torno de (possíveis?) cenários populistas burgueses apoiados nos excedentes disponíveis graças à debilitação da exploração imperialista. Quanto tempo podem chegar a durar essas experiências?

O cenário do império militar havia ficado na moda depois das invasões do Iraque e do Afeganistão, mas as dúvidas sobre a sua viabilidade aumentaram ultimamente, a partir do fiasco norte-americano no Iraque.

Resta, por fim, a reflexão baseada no grande legado de modernização democrática e das lutas maciças de libertação, existentes na periferia. É um *património cultural* único, não tem precedentes na história da Humanidade. Centenas de milhões de seres humanos do mundo subdesenvolvido participaram activamente, ao longo do século XX, em organizações, decisões colectivas, rebeliões, guerras de libertação, tentativas de concretização de utopias igualitárias, pesem as suas limitações, traições,

deformações, etc. Isto numa periferia onde agora a cultura urbana moderna é hegemónica. Não era esse o contexto da Revolução Russa (1917) nem da Revolução Chinesa (1949).

Esse *património* existente ao começar o século XXI, somado à revolução comunicacional que estende vertiginosamente as redes, os mecanismos horizontais de vinculação; colocam a perspectiva de movimentos de massas radicalmente democráticos, descentralizados, igualitários, avançando através de auto-aprendizagens, da expansão da pluralidade, da coexistência revolucionária de uma ampla gama de formas produtivas, da recuperação das memórias históricas (num processo mundial de articulação de culturas emergentes da periferia).

Dito de outra maneira, poderíamos começar a apontar para um projecto de socialismo de origem periférica que se iria impondo como um espaço multiforme, de amplo espectro cultural, de recomposição social superadora da civilização burguesa. Nesse caso a Revolução Russa e o comunismo em geral não seriam “*o passado de uma ilusão*” como o anteciparam apressadamente alguns intelectuais do Ocidente nos anos 90 (FURET, 1995). Sem um *primeiro passo*, conjunto de ensaios periféricos impregnados de cultura burguesa (ocidental), seguido de outro no século XXI que, aproveitando as lições do passado, a grande experiência de luta do século XX de milhões de habitantes do subdesenvolvimento, avançaria pelo caminho da superação das sociedades de opressão, impondo o seu selo ao planeta, incluídos os actuais países imperialistas. A humanidade escravizada da periferia, gigantesca massa proletária global, seria o lugar histórico da abolição do capitalismo, vanguarda de uma era de liberdade.

Referências Bibliográficas

BAHRO, Rudolf. *L'Alternative*. Éditions Stock, Paris, 1979.

BEINSTEIN, Jorge. *Self-Management and the abolition of capitalism. Some reflections on the crisis of the Rulling System of Capitalism*. Socialism in the World, n° 24, Beograd, 1981.

DANGEVILLE, Roger. *Marx-Engels. La crise*. Union Générale d'Éditions, Paris, 1978.
FURET, François. *Le Passé d'une illusion*. éd. Robert Laffont & Calmann-Lévy, Paris, 1995.

GHALLOUM, Ben. *El islamismo como identidad política o la relación del mundo musulman con la modernidad*. Centro de Estudios del Oriente Contemporáneo, Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris, 1995.

HERF, Jeffrey. *El modenismo reaccionario*. Fondo de Cultura Económica, México.

1993.

KAPLAN, Robert D.. *El retorno de la antigüedad. La política de los guerreros*. Ediciones B, Barcelona, 2002.

KENNEDY, Paul. *Auge y caída de las grandes potencias*. Plaza & James, Barcelona, 1993.

KURZ, Robert. *La economía de guerra alemana y el socialismo de estado*, *Krisis*, <http://www.krisis.org> .

Jorge Benstein

Economista, prof. da Universidade de
Buenos Aires
Pós-Graduanda em Ciência
Política/UEG
Artigo publicado originalmente em:
<http://resistir.info>

Os Amigos do Povo

Erisvaldo Souza

“Qualquer pessoa que tenha lido a história da humanidade aprendeu que a desobediência é a virtude original do homem”
Oscar Wilde

Você se lembra das últimas eleições? Para quem foi o seu voto? O seu representante já apresentou projetos para ajudar a sua cidade, seu bairro, a sua comunidade? Todas essas perguntas trazem dúvidas em nossas mentes, pois milhares de pessoas depositaram esperanças em diversos partidos e candidatos e agora esperam o retorno em benefícios sociais como: saúde, transporte e educação etc. Nesse texto iremos analisar algumas relações políticas que são comuns em nosso país e que são de fundamental importância para a vida de todos nós brasileiros, principalmente em si tratando das relações políticas onde ainda temos que aprender muito. Além de analisar iremos mostrar algumas contradições que acontecem em nossos processos eleitorais.

Por isso muita atenção! Em ano eleitoral aparecem os “Amigos do Povo”, partidos políticos e candidatos, sejam eles de esquerda ou de direita, burgueses ou proletários, sempre se apresentam como sendo os amigos do povo. Durante o processo eleitoral, partidos ou candidatos jamais se manifestam como os inimigos do povo, pois isso não daria voto. Estes "amigos do povo" até certo ponto se sentem ofendidos e ameaçados se forem chamados de inimigos do povo, pois não chegariam ao poder político, que é uma fonte de riqueza para muitos.

Normalmente estes que se dizem serem os amigos do povo, não tem compromisso com a população. Apenas se aproximam do povo para buscar apoio eleitoral, pois sabemos que os votos dos membros da burguesia não determinam quem vai ser eleito e sim o voto da grande maioria da população. Os partidos políticos utilizam os veículos de comunicação de massa (Rádio e Televisão), para fazerem a divulgação de seus possíveis projetos políticos para “ajudar” o “povo”. Os partidos burgueses, por terem uma condição econômica melhor, fazem suas mensagens chegarem com maior frequência à sociedade em geral, atingindo assim um maior número possível de eleitores. Também conseguem um tempo maior de exposição nesses veículos, pois normalmente estes que possuem um número maior de deputados ou

senadores e desta forma seu tempo no rádio ou na televisão é bem maior que os partidos menores. Os pequenos partidos possuem um número inferior de representantes em relação aos partidos burgueses, pois isso determina o tempo de exposição na mídia.

Podemos ver claramente na sociedade capitalista, que é onde emergem os partidos políticos e a democracia representativa, o conflito entre as diversas classes sociais existentes, principalmente a constante luta entre a classe dominante, que é a burguesia, e a classe trabalhadora. Esta sociedade é marcada por contradições, sejam elas sociais, políticas e econômicas, onde cada classe tenta defender seus interesses. A burguesia visa a manutenção do poder político e, conseqüentemente, a reprodução do modo de produção capitalista; o trabalhador visa superar tais contradições, fazendo uma crítica à sociedade vigente a partir da luta e da organização da classe trabalhadora, como podemos ver na formação de conselhos e sindicatos operários que lutam contra a dominação burguesa e até mesmo em movimentos grevistas por aumento de salários e a diminuição da jornada de trabalho.

A chamada democracia representativa é uma forma de dominação burguesa, sendo que grande parte dos partidos políticos são representantes exclusivos da classe dominante (burguesia). Para se comprovar isto basta observar hoje em nosso país um grande número de “representantes políticos” que tem a sua origem nessa classe social. Aqui trataremos como burguês uma pessoa que não possui um salário, sendo que a base de sua renda é a exploração do trabalho humano através da extração da mais-valia.

Normalmente, os membros da burguesia que estão vinculados aos partidos políticos buscam a manutenção de seus interesses, que é o interesse burguês – quando dizem que estão representando o povo, tudo isso é uma inversão da realidade, ou seja, é uma ideologia. Com isso eles omitem seu verdadeiro objetivo que é chegar ao poder, pois ao divulgarem que são representantes da burguesia dificilmente teriam o voto das outras classes sociais, principalmente da classe trabalhadora. Por isso devemos estar sempre atentos para estes que se dizem representar o povo e a todas as classes sociais existentes. Agora fica um sentimento de dúvida, tudo isso seria possível? Acreditamos que não, pois normalmente nessa forma de organização burocrática, o que prevalece é à vontade da burguesia, por isso devemos lutar por uma nova forma de organização política baseada na autogestão e baseada na vontade coletiva e não em um interesse egoísta como é o caso da dominação burguesa, abolindo a diferença de classe.

Portanto, não seja mais uma vítima dos “Amigos do Povo”, pois, normalmente

nesta democracia representativa, o eleitor após escolher o seu “representante”, não exerce nenhum controle sobre ele. Tal como colocou Pierre Joseph Proudhon, “os representantes do povo mal conquistam o poder e logo procuram consolidá-lo” (apud. VIANA, 2003). Eles cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se libertar por completo do controle popular, ou seja, do povo. Eles somente te “representam”. Isso fica evidente nos anos seguintes ao processo que elegeu esse candidato: dificilmente um cidadão comum tem acesso ao local de trabalho desse que diz representar o povo, pois o seu objetivo era tão-somente ser eleito.

Referências Bibliográficas

VIANA, N. *O Que São Partidos Políticos*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

Erisvaldo Souza
Professor. Licenciado em História/UEG.